



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

MANHÃ

## AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ENGENHARIA AMBIENTAL

PROVA ESCRITA OBJETIVA E DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo setenta questões objetivas e duas questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição das respostas das questões discursivas



### TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição das respostas das questões discursivas para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e do caderno de textos definitivos em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para o caderno de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa****1**

Em cada texto a seguir, retirado do jornal *O Globo*, ocorrem processos de dar precisão e segurança ao que se transmite; a opção em que NÃO há marcas dessa estratégia é:

- (A) “O Surfe: historiador revela como o ritual religioso dos antigos polinésios virou esporte nos EUA”;
- (B) “O ensino atual de literatura está afastando os jovens dos livros, alerta o influente crítico francês Tzvetan Todorov”;
- (C) “O acidente com a carreta numa estrada de Minas causou a morte de cerca de 10 pessoas e parece ter sido causado por imperícia do motorista”;
- (D) “Após dois adiamentos e um repasse de R\$ 25 bilhões do caixa do BNDES, a Petrobrás anunciou que investirá US\$ 174 bi até 2013. O volume é 55% maior do que o registrado no programa anterior”;
- (E) “Um mês antes do Carnaval, a ocupação dos hotéis cariocas já chega a 77%, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio. Apesar da crise, os números são melhores que os de 2008, quando a taxa de ocupação era de 67% nesse mesmo período”.

**2**

Entre os diversos tipos de frases há as interrogativas e, entre essas, há aquelas que são chamadas de interrogações retóricas; a pergunta retórica abaixo cuja resposta está contida na pergunta é:

- (A) Você pode fechar a janela, por favor?
- (B) Esse político está falando a verdade?
- (C) O senhor poderia falar mais alto?
- (D) Eu já não tinha dito isso?
- (E) Quem nunca sentiu medo?

**3**

Abaixo estão frases retiradas de jornais diversos; de cada uma dessas frases foi indicada uma inferência.

A frase em que a inferência é adequada é:

- (A) Em função das chuvas, os rios amazonenses inundaram suas margens / A pesca nos rios amazonenses vai ser mais farta;
- (B) O time do Flamengo comprou mais um jogador / O Flamengo vai ganhar o campeonato brasileiro;
- (C) As férias escolares acabam no próximo domingo, no Rio / O trânsito vai começar a ficar mais difícil no Rio;
- (D) Para treinamento, escoteiros dirigiram o trânsito no centro de Belo Horizonte / Os policiais estão em greve;
- (E) O Carnaval este ano foi menos violento / Poucos turistas vieram para o Carnaval.

**4**

Uma das formas mais simples de argumentar consiste de duas frases, uma das quais é a conclusão da outra, chamada premissa. A opção abaixo em que a ordem das frases é a de conclusão (C) seguida da premissa (P) é:

- (A) O leite está transbordando da leiteira / O leite deve ter fervido;
- (B) É possível que Pedro seja eleito senador / Pedro tem muitos eleitores no interior do Estado;
- (C) Meu primo está bem empregado / Meu primo acaba de comprar um carro luxuoso;
- (D) A guerra Rússia x Ucrânia registrou novos combates ontem / A Rússia deve estar enfrentando dificuldades econômicas;
- (E) Minha mulher nunca sofreu um acidente com o carro / Minha mulher é boa motorista.

**5**

Sempre que, num raciocínio, passamos de uma premissa a uma conclusão (ou vice-versa), assumimos como verdadeira uma ideia intermediária.

Essa ideia intermediária está corretamente indicada na seguinte opção:

- (A) A esposa foi vista pelo irmão dele no cinema, com outro; ele vai separar-se / O irmão dele diz a verdade;
- (B) As pesquisas eleitorais indicam a vitória de Putin; os russos estão perdidos / As pesquisas mostram interesses políticos;
- (C) É conveniente estacionar o carro; há um barulho na traseira / Foram comprados pneus recauchutados;
- (D) Fiz o exercício e encontrei a mesma resposta do professor; acertei mais esse / O professor nem sempre acerta;
- (E) Meu celular despertou; tenho que levantar rápido / Meu gerente é muito exigente quanto a horário.

**6**

Em algumas frases, os seus autores jogaram com o significado polissêmico de palavras; a opção em que essa estratégia foi empregada é:

- (A) Os espelhos fariam muito bem em refletir um pouco antes de mostrar as imagens;
- (B) Saudade é a presença da ausência;
- (C) Originalidade não consiste apenas em fazer as coisas de forma diferente, mas também em fazê-las melhor;
- (D) Há três maneiras de fazer as coisas: a maneira errada, a maneira certa e uma maneira melhor;
- (E) Eu quase nada sei, mas desconfio de muita coisa.

**7**

Observe agora o raciocínio a seguir.

1. Uma pesquisa mostra que os camelôs vendem mais barato;
2. A presença de camelôs na rua é conveniente.

Esse raciocínio pode ser refutado porque:

- (A) a premissa não é geralmente verdadeira;
- (B) a conclusão nada tem a ver com a premissa;
- (C) a conclusão deixa de considerar outros fatores;
- (D) a premissa se apoia em dados falsos;
- (E) a premissa e a conclusão não mostram relação lógica.

**8**

Considerando que as premissas de um raciocínio podem ser fatos, julgamentos, testemunhos de autoridade ou exemplos, a opção em que a premissa deve ser classificada como julgamento é:

- (A) Como o estudo da Prefeitura comprovou o perigo de morar nessa encosta, devemos fazer a transferência dos moradores;
- (B) Como o Ibope mostrou a vitória do candidato X, é perda de tempo votar em Y;
- (C) Muitos acidentes ocorrem nesse cruzamento, por isso é urgente o conserto do sinal de trânsito;
- (D) É mais interessante fazer turismo no Nordeste que na Europa, pois devemos ser mais patriotas em nossos gastos;
- (E) Pedro não se deu bem na prova do concurso, por isso devemos estudar muito mais.

**9**

Abaixo estão frases com raciocínios indutivos; a opção em que a conclusão apontada é fruto de uma generalização é:

- (A) O computador do TSE tem alta capacidade de contabilização, por isso deve encerrar as eleições em pouco tempo;
- (B) O livro sobre citações de autores célebres é grosso e bem encadernado, além de caro, por isso não deve vender muito;
- (C) Um cachorro salvou a vida de seu dono, avisando-o sobre o risco de desabamento da casa; vou providenciar a adoção de um cachorro para cá;
- (D) Na escola de meu filho mediram a altura de meninos e meninas e chegaram à conclusão de que as mulheres estão crescendo mais do que os homens;
- (E) Os táxis passaram a adotar a política dos supermercados, ou seja, oferecendo preços mais baratos e aumentando o número de clientes, o que se mostrou uma política de sucesso.

**10**

A frase abaixo que mostra um raciocínio falso, classificado como círculo vicioso, é:

- (A) Ayrton Senna foi, sem dúvida, o melhor corredor brasileiro de todos os tempos, pois nenhum outro conseguiu igualar-se a ele;
- (B) Todos os nossos problemas desapareceriam se aumentássemos o tamanho da casa onde moramos;
- (C) Não é conveniente para a Prefeitura cancelar esse próximo feriado, pois os cariocas gostam muito de praia;
- (D) Não acredito que você esteja lembrando-me esses fatos; a mim, que sou historiador;
- (E) Estatísticas mostram que mais de 80% dos eleitores preferem votar em pessoas mais velhas, o que favorece os idosos nas próximas eleições.

**11**

Entre os raciocínios abaixo, aquele que mostra uma falha por apoiar-se numa falsa analogia, é:

- (A) Os médicos são profissionais diferentes, pois parecem não preocupar-se demais com os seus ganhos;
- (B) O novo atacante do Grêmio deve ser ótimo jogador, pois seu pai chegou a jogar na seleção;
- (C) Os franceses são delicados cozinheiros e os alemães, disciplinados guerreiros, por isso não se entendem;
- (D) A melhor universidade do país é a USP, pois é a que apresenta melhores condições de ensino;
- (E) Se quisermos melhorar o aprendizado da Matemática, basta adotarem-se livros importados.

**12**

Numa delegacia, uma mulher foi queixar-se do marido, que havia ido embora de casa. No depoimento, fez uma série de frases com vocábulos de conteúdo semântico negativo para trazer mais condenação ao marido.

A frase abaixo em que o termo sublinhado NÃO tem conotação negativa é:

- (A) Meu marido me abandonou na última sexta-feira;
- (B) Ele rabiscou algumas explicações;
- (C) As explicações foram dadas numa folha de papel;
- (D) Ele lambuzou o verso da folha e grudou-a na mesa;
- (E) Foi embora e largou até a porta aberta.

**13**

Na escrita, ocorrem alguns processos de manipulação da realidade, como a reificação (tratamento de coisa dado ao homem) e a personalização, que dá características humanas a coisas ou animais.

A opção abaixo que exemplifica uma personalização é:

- (A) Seus sonhos se transformaram em pó;
- (B) O mar de Copacabana já matou muitas crianças;
- (C) A morte sai mais barata que a vida;
- (D) Os imigrantes foram depositados num galpão;
- (E) Os prisioneiros vieram empilhados num trem de carga.

**14**

Em todas as opções abaixo há uma frase que foi reescrita de modo a destacar-se um dos seus elementos; a opção em que essa reescritura foi feita de forma gramaticalmente inadequada, é:

- (A) Eu trouxe a encomenda para meu irmão / A encomenda, eu lhe dei a meu irmão;
- (B) O gerente entregou a chave ao porteiro / Ao porteiro, o gerente lhe entregou a chave;
- (C) O jogador xingou a torcida ao sair de campo / Ao sair de campo, o jogador xingou a torcida;
- (D) Nunca mais vi meu pai / Ver meu pai, nunca mais;
- (E) Observei a camisa na vitrine / A camisa, eu a observei na vitrine.

**15**

Observe a seguir o início de um texto.

“Há muita gente complicando a vida do prefeito, inclusive o próprio prefeito’, costuma dizer um vereador. Trata-se de uma revelação de caráter generalizado na Câmara.”

A introdução desse texto deve ser identificada como:

- (A) alusão histórica;
- (B) interrogação;
- (C) suspense;
- (D) convite;
- (E) citação.

## Legislação Específica e Noções de Direito

16

Ana, estudiosa da Administração Pública indireta, questionou Pedro a respeito da compatibilidade dos conceitos de personalidade jurídica e órgão despersonalizado com o referencial de descentralização administrativa.

Pedro respondeu, corretamente, que:

- (A) entes personificados e órgãos despersonalizados serão integrados, ou não, ao referido referencial, conforme haja, ou não, determinação legal nesse sentido;
- (B) o mencionado referencial é incompatível com a concepção de personalidade jurídica, sendo esta última própria do ente federativo dotado de autonomia política;
- (C) apenas os entes personalizados, não os órgãos despersonalizados, ainda que tenham maior liberdade decisória, se ajustam ao mencionado referencial;
- (D) o mencionado referencial é indiferente à natureza das estruturas que venham a integrá-lo, sendo direcionado pelo atendimento a uma finalidade de interesse público e pela autonomia decisória;
- (E) o órgão despersonalizado somente passará a integrar o mencionado referencial caso sua criação tenha sido autorizada em lei.

17

O Estado Alfa editou a Lei Complementar nº XX, que restringiu determinado direito fundamental de maneira flagrantemente oposta aos balizamentos estabelecidos pela Constituição da República de 1988, o que levou o Supremo Tribunal Federal (STF) a declarar a sua inconstitucionalidade. Na medida em que normas semelhantes foram editadas por outros entes federativos, dando ensejo a uma série de demandas judiciais, o Supremo Tribunal Federal veio a editar a Súmula Vinculante nº YY. Apesar disso, o Estado Alfa editou a Lei Complementar nº ZZ, cópia fiel da Lei Complementar nº XX e que se mostrava totalmente incompatível com a Súmula Vinculante nº YY.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº XX:

- (A) embora produza efeitos *erga omnes*, não impedia o Estado Alfa de editar a Lei Complementar nº ZZ, de idêntico teor, mas a Súmula Vinculante o impedia, sendo cabível a reclamação endereçada ao STF por inobservância da última;
- (B) e a existência da Súmula Vinculante nº YY, por serem aplicáveis exclusivamente ao caso concreto, não obstavam a edição, pelo Estado Alfa, da Lei Complementar nº ZZ;
- (C) por produzir efeitos *erga omnes*, impedia que o Estado Alfa editasse a Lei Complementar nº ZZ, de idêntico teor, sendo cabível a reclamação endereçada ao STF;
- (D) e a existência da Súmula Vinculante nº YY, por não serem oponíveis ao Poder Legislativo, não obstavam a edição, pelo Estado Alfa, da Lei Complementar nº ZZ;
- (E) acarretou a supressão da competência legislativa do Estado Alfa na matéria, o que torna injurídica a edição da Lei Complementar nº ZZ.

18

João, servidor público federal, recebeu delegação, da autoridade máxima da pessoa jurídica de direito público a que estava vinculado, para a prática de determinados atos administrativos. Ao ser cientificado da delegação, buscou se inteirar a respeito da possibilidade de a mesma competência ser exercida pela autoridade delegante, bem como se o ato a ser praticado seria atribuído a ele ou a esta autoridade.

Por fim, concluiu, corretamente, que, à luz da Lei nº 9.784/1999:

- (A) durante a delegação, os atos praticados pelo delegado precisam ser cancelados pelo delegante, sendo sempre atribuída a autoria do ato a este último agente;
- (B) durante a delegação, haverá uma concorrência de competências entre a autoridade delegante e a autoridade delegada, sendo sempre atribuído ao delegante o ato que venha a ser praticado;
- (C) durante a delegação, haverá uma concorrência de competências entre a autoridade delegante e a autoridade delegada, sendo atribuído ao respectivo subscritor o ato que venha a ser praticado;
- (D) a autoridade delegante não poderá praticar nenhum ato afeto ao objeto da delegação, durante todo o período em que esta última perdurar, sendo considerados de sua autoria os atos praticados pelo delegado;
- (E) a autoridade delegante, em caráter excepcional e por motivos relevantes, devidamente justificados, poderá avocar, temporariamente, a competência delegada, mas serão atribuídos ao delegado os atos que este agente praticar.

19

O Tribunal de Contas do Estado Alfa rejeitou as contas apresentadas por João, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, em razão de sua atuação como ordenador de despesas no âmbito da autarquia estadual Beta. Irresignado com a decisão, interpôs recurso hierárquico direcionado à Assembleia Legislativa do Estado Alfa com o requerimento de reforma da decisão.

À luz desse quadro, o sindicato dos servidores do Tribunal de Contas do Estado Alfa consultou o seu advogado a respeito da compatibilidade desse recurso com a Constituição da República de 1988, sendo-lhe respondido, corretamente, que o recurso é:

- (A) cabível, em simetria com o modelo federal e independente de previsão em lei estadual específica, pois o Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Poder Legislativo;
- (B) cabível, em simetria com o modelo federal, desde que o recurso esteja previsto na Constituição Estadual, pois o Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Poder Legislativo;
- (C) cabível, em simetria com o modelo federal, desde que previsto na lei de organização do Tribunal de Contas, pois esta estrutura orgânica é órgão auxiliar do Poder Legislativo;
- (D) incabível, pois as decisões proferidas pelo Tribunal de Contas possuem caráter definitivo, não podendo ser revistas por nenhuma estrutura orgânica, incluindo os Poderes Legislativo e Judiciário;
- (E) incabível, pois a competência para julgar as contas dos ordenadores de despesas foi outorgada, pela ordem constitucional, ao Tribunal de Contas, não havendo previsão de recurso para o Poder Legislativo.

**20**

O secretário de Transportes do Estado Alfa solicitou que sua assessoria desenvolvesse estudos a respeito de determinado serviço público que se mostrava de vital importância para a coletividade. Ao formular a solicitação, o secretário frisou que almejava saber se era obrigatória a sua prestação diretamente pelo Estado.

Em resposta, a assessoria respondeu, corretamente, que essa espécie de serviço:

- (A) pode ser prestada diretamente pelo Estado ou, indiretamente, apenas em regime de concessão ou permissão, observados os requisitos estabelecidos pela ordem jurídica;
- (B) pode ser prestada diretamente pelo Estado ou, indiretamente, em regime de autorização, permissão ou concessão, sendo sempre antecedida de licitação;
- (C) em regimes de livre iniciativa, como o brasileiro, não precisaria ser prestada diretamente pelo Estado, podendo ser livremente explorada pelo setor privado;
- (D) em razão do princípio da prevalência do interesse público sobre o privado, somente pode ser explorada diretamente pelo Estado;
- (E) em razão da indisponibilidade dos interesses envolvidos, somente pode ser prestada pela Administração Pública direta ou indireta.

**21**

Em razão de apuração sumária realizada no âmbito do Município Alfa, constatou-se que a sociedade empresária Beta fraudou a realização de determinado ato do procedimento licitatório público no qual se saíra vencedora, o que se enquadraria como ato lesivo à Administração Pública tipificado na Lei nº 12.846/2013. Instada a apresentar esclarecimentos, a sociedade empresária Beta manifestou o seu interesse em celebrar acordo de leniência.

À luz da narrativa apresentada, é correto afirmar que o acordo de leniência alvitado:

- (A) não pode ser celebrado, já que incompatível com condutas dolosas praticadas em detrimento do processo licitatório;
- (B) pode ser celebrado, caso preenchidos os demais requisitos exigidos, e só disciplinará a forma de ressarcimento do dano, devendo ser homologado em juízo para produzir efeitos;
- (C) pode ser celebrado, caso preenchidos os demais requisitos exigidos, e afastará a incidência de todas as sanções cominadas, não carecendo de homologação judicial;
- (D) pode ser celebrado, caso preenchidos os demais requisitos exigidos, e afastará a incidência de algumas sanções, nos planos administrativo e judicial, não carecendo de homologação judicial;
- (E) somente pode ser celebrado pelo Ministério Público, não pelo Município, devendo ser preenchidos os requisitos previstos, além de ser exigida a homologação judicial caso afaste alguma sanção.

**22**

A fundação de direito privado Beta pretendia solicitar ao órgão competente do Estado Alfa a sua qualificação como organização social, mas tinha dúvidas em relação aos requisitos a serem preenchidos e às consequências dessa qualificação.

Ao consultar o seu advogado, foi corretamente informado a Beta que:

- (A) não é possível a obtenção da qualificação almejada, que somente pode ser deferida para as associações;
- (B) a qualificação está condicionada à participação, no Conselho de Administração, entre outros membros, de representantes do poder público;
- (C) a qualificação está condicionada à distribuição de lucros, aos membros do Conselho Curador, na proporção máxima de 5% do proveito patrimonial obtido;
- (D) a qualificação independe de qualquer ato formal, bastando que Beta seja estruturada da forma prevista em lei, o que lhe permitirá celebrar contratos de gestão;
- (E) a qualificação é obtida a partir da celebração de contrato de gestão, ocasião em que Beta assumirá o compromisso de praticar os atos ajustados com o poder público.

**23**

Maria, servidora pública, ocupante de cargo de provimento efetivo no Estado do Tocantins, foi acusada da prática de infração disciplinar que teve efetiva lesividade ao erário, mas não tinha lesividade para o serviço.

Ao ser cientificada da instauração do processo disciplinar, consultou o seu advogado a respeito da possibilidade de, à luz dos balizamentos legais, ser celebrado termo de compromisso de ajuste de conduta.

Foi corretamente respondido a Maria que o referido termo:

- (A) é incompatível com as características da infração disciplinar imputada a Maria;
- (B) somente poderia ter sido celebrado em momento anterior à instauração do processo disciplinar;
- (C) pode ser celebrado a qualquer tempo, desde que Maria efetue o pagamento da multa punitiva prevista em lei;
- (D) é incompatível com o processo administrativo disciplinar, em razão da indisponibilidade da pretensão punitiva;
- (E) pode ser celebrado a qualquer tempo, desde que Maria, previamente, promova o ressarcimento do dano ao erário.

**24**

A deputada federal Sônia, ao perceber sérios desequilíbrios na concorrência em determinado setor econômico, solicitou que sua assessoria analisasse a compatibilidade, com a ordem constitucional, de uma proposição legislativa que estabelecesse critérios especiais de tributação, aplicáveis em todos os níveis federativos, com o objetivo de contornar esse quadro, prevenindo tais desequilíbrios.

A assessoria respondeu, corretamente, que tal proposição é:

- (A) incompatível com a ordem constitucional, pois o mercado deve regular a si próprio, não sendo admitida a intervenção estatal;
- (B) incompatível com a ordem constitucional, pois, apesar de ser possível o uso da tributação para fins extrafiscais, isto não pode afetar a livre iniciativa;
- (C) compatível com a ordem constitucional, desde que resguardada a competência de cada ente federativo para, mediante lei ordinária, buscar igual objetivo;
- (D) compatível com a ordem constitucional, desde que veiculada em lei complementar, o que não afasta a competência da União para, por lei ordinária, buscar igual objetivo;
- (E) incompatível com a ordem constitucional, pois normas editadas pela União, por força do pacto federativo, não podem afetar a competência tributária dos demais entes.

**25**

O órgão competente do Estado Beta recebeu notícia, embasada em fatos elementos probatórios, indicando que João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo, praticara atos de tortura, no exercício da função, em detrimento de diversas crianças alcançadas por sua atuação funcional. De acordo com o noticiante, tais condutas configuravam atos de improbidade administrativa tipificados na Lei nº 8.429/1992, devendo ser adotadas as providências cabíveis nessa seara, sem prejuízo da responsabilização administrativa e criminal de João.

Instada a se manifestar, a assessoria jurídica observou, corretamente, que João:

- (A) não pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa, já que sua conduta não se enquadra na tipologia da Lei nº 8.429/1992;
- (B) somente pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992 caso seja previamente condenado na instância penal;
- (C) somente pode ser alcançado por uma instância de responsabilização, o que decorre do princípio que veda a responsabilização em duplicidade pelo mesmo fato;
- (D) somente pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992 caso o regime jurídico dos servidores tenha previsto a aplicação dessa lei;
- (E) pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992, já que sua conduta afrontou os princípios regentes da atividade estatal.

## Controle Externo

**26**

Maria, após cumprir os requisitos exigidos, teve deferida a sua aposentadoria voluntária por tempo de serviço, sendo o respectivo expediente encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado Alfa para fins de registro. Os autos ingressaram no Tribunal em dezembro de 2015 e somente no último mês foi designada a sessão de julgamento na qual seria apreciada a legalidade do ato.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) por se tratar de ato de concessão inicial de aposentadoria, não é necessário que Maria seja ouvida, tendo o Tribunal a possibilidade de realizar ampla cognição sobre o ato;
- (B) em razão dos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, o ato de aposentadoria deve ser considerado definitivamente registrado;
- (C) em razão do decurso do tempo, a cognição do ato de aposentadoria pelo Tribunal somente será possível caso haja impugnação de terceiros;
- (D) o Tribunal somente poderá alterar o título de aposentadoria se o respectivo ato contiver vício insanável, não convalidável pelo decurso do tempo;
- (E) embora se trate de ato de concessão inicial de aposentadoria, deve ser assegurado o contraditório e a ampla defesa a Maria.

**27**

O Tribunal de Contas do Estado Beta recebeu, para análise, as contas de governo do prefeito do Município Alfa.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República de 1988, a referida análise deve:

- (A) realizar amplo juízo valorativo a respeito das contas, podendo aplicar multa e imputar os débitos que sejam identificados, sem prejuízo do julgamento político a cargo da Câmara Municipal de Alfa, que só rejeitará o parecer por maioria qualificada;
- (B) se restringir à emissão de parecer prévio, que só deixará de prevalecer por maioria qualificada de votos da Câmara Municipal de Alfa, sendo cabível o julgamento ficto das contas, por este órgão, pelo decurso do tempo;
- (C) se restringir à emissão de parecer prévio, que só deixará de prevalecer por maioria qualificada de votos da Câmara Municipal de Alfa, não sendo cabível o julgamento ficto das contas, por este órgão, pelo decurso do tempo;
- (D) julgar as contas, realizando amplo juízo valorativo a respeito das informações apresentadas, sendo que a sua decisão somente deixará de prevalecer pelo voto de dois terços dos membros da Câmara Municipal de Alfa;
- (E) se restringir à emissão de parecer prévio, que só deixará de prevalecer pela unanimidade dos votos da Câmara Municipal de Alfa, sendo cabível o julgamento ficto das contas, por este órgão, pelo decurso do tempo.

**28**

João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo, que atuara como ordenador de despesas no Município Alfa, foi condenado em processo administrativo, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pela prática de infração considerada grave.

Nesse caso, João:

- (A) somente pode ser condenado à sanção de multa, além de ter a obrigação de ressarcir os danos que tenha causado ao erário;
- (B) deve ser sempre condenado à sanção de multa, além de ser considerado em débito, se for o caso, ficando ainda inabilitado, nos termos da lei, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
- (C) pode ser condenado à sanção de multa, além de ser considerado em débito, se for o caso, e ainda ficar inabilitado, por decisão tomada por maioria absoluta, nos termos da lei, para exercer cargo em comissão ou função de confiança;
- (D) pode ser condenado à sanção de multa, além de ser considerado em débito, se for o caso, e ainda ficar inelegível, por decisão tomada por maioria absoluta, nos termos da lei, para exercer cargo eletivo estadual;
- (E) pode ser condenado à sanção de multa, além de ser considerado em débito, se for o caso, e ainda ficar inelegível, por decisão tomada por maioria de dois terços, nos termos da lei, para exercer qualquer cargo eletivo.

**29**

João, recém-empossado como servidor do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, decidiu se inteirar a respeito das linhas de defesa a que estarão sujeitas as contratações públicas, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021. Ao final, concluiu que o controle interno integra a segunda linha de defesa e o Tribunal de Contas figura, isolado, na terceira linha de defesa.

À luz do que dispõe o referido diploma normativo, é correto afirmar que a conclusão de João está:

- (A) errada, pois as linhas de defesa não se apresentam de modo sequencial, mas simultâneo, congregando todos os agentes públicos, as unidades de assessoramento jurídico, o controle interno, o Tribunal de Contas e o Poder Judiciário;
- (B) certa, pois a generalidade dos órgãos de controle interno integra a segunda linha, enquanto o Tribunal de Contas ocupa a última linha de defesa administrativa, imediatamente anterior ao controle jurisdicional;
- (C) certa, ressaltando-se que a última linha de defesa é móvel, de modo que o Tribunal de Contas ali se encontra, de forma isolada, enquanto a questão não é judicializada;
- (D) errada, pois o Tribunal de Contas não integra, isolado, a terceira linha de defesa, estando acompanhado do órgão central de controle interno da Administração;
- (E) errada, pois a generalidade dos órgãos de controle interno não integra a segunda linha, mas, sim, a terceira linha, juntamente com o Tribunal de Contas.

**30**

Em determinado contrato administrativo, foi constatado, pelo órgão de controle interno do Município Alfa, a ocorrência de irregularidade insanável no procedimento licitatório que lhe deu origem.

Nesse caso, à luz da sistemática estabelecida na Lei nº 14.133/2021, a declaração de nulidade do contrato administrativo:

- (A) é medida que se opera imediatamente, de pleno direito, apresentando contornos meramente declaratórios, não constitutivos;
- (B) afasta, em qualquer caso, o dever de a Administração indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada;
- (C) independe de qualquer avaliação complementar pela autoridade administrativa, devendo ser declarada nos cinco dias subsequentes ao conhecimento dos fatos;
- (D) pode vir a produzir efeitos apenas no futuro, observados os limites temporais estabelecidos em lei, para fins de nova contratação, de modo a assegurar a continuidade da atividade administrativa;
- (E) não exige a avaliação dos aspectos circunstanciais e das consequências do ato, o que será feito apenas para fins de dimensionamento da indenização do contratado, que não pode ter concorrido para a nulidade.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**31**

A respeito dos gráficos dos tipos raster e vetor, é correto afirmar que:

- (A) a imagem vetor é formada por pequenas peças denominadas pixels;
- (B) a imagem raster é utilizada quando se necessita de transições suaves de cores e tons;
- (C) a imagem vetor apresenta perdas de nitidez com o aumento da sua escala;
- (D) a imagem raster é utilizada quando se trata de logotipo e textos;
- (E) a imagem vetor ocupa mais espaço de armazenamento se comparada com a raster.

**32**

Para inserir uma imagem não referenciada a um sistema de Informação Geográfica (SIG), é necessário:

- I. Escolher pelo menos dois pontos de controle da imagem a ser georreferenciada.
- II. Estabelecer o relacionamento da imagem não georreferenciada e coordenadas conhecidas da imagem de referência.
- III. Realizar o reposicionamento da imagem com os parâmetros da imagem a ser georreferenciada.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.



**33**

A respeito da resolução em sensoriamento remoto, é correto afirmar que:

- (A) o vetor para a resolução espacial é o principal elemento das imagens de sensores remotos;
- (B) cada pixel de um sensor remoto representa uma mesma dimensão de uma área para a resolução espacial;
- (C) na resolução radiométrica, o nível de cinza representa a intensidade média de energia magnética emitida ou refletida;
- (D) na resolução radiométrica, cada sensor pode armazenar todos os tons cinzas;
- (E) a resolução temporal corresponde ao tempo de processamento de imagens de uma área.

**34**

Sobre os dados de sensoriamento remoto, analise as afirmativas abaixo a respeito dos benefícios para os levantamentos de recursos naturais:

- I. Sua visão sinótica permite ver grandes extensões de área em uma mesma imagem.
- II. Sua resolução espacial permite a obtenção de informações sobre um alvo na natureza em distintas regiões.
- III. Sua resolução espectral permite a coleta de informações em diferentes épocas do ano e em anos distintos.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

**35**

No território brasileiro encontram-se diversos biomas, que são caracterizados principalmente por fatores climáticos, temperatura e umidade, e por vegetais relacionados à latitude. Abaixo são apresentadas duas colunas: quatro dos Biomas Brasileiros e características da vegetação.

BIOMAS	CARACTERÍSTICAS
I. Floresta Amazônica	1. Folhas pequenas modificadas em espinhos
II. Cerrado	2. Vegetação predominantemente de herbáceas
III. Pampas	3. Raízes tabulares responsáveis pela sustentação das plantas
IV. Floresta Atlântica	4. Elevado grau de endemismo

A opção que relaciona as duas colunas corretamente é:

- (A) I-3; II-2; III-4 e IV-1;
- (B) I-1; II-2; III-4 e IV-3;
- (C) I-4; II-3; III-2 e IV-1;
- (D) I-3; II-1; III-4 e IV-2;
- (E) I-3; II-1; III-2 e IV-4.

**36**

A transferência de energia alimentar denomina-se cadeia alimentar. O animal carnívoro está inserido na cadeia de:

- (A) detritos;
- (B) predadores;
- (C) consumidores;
- (D) nível trófico;
- (E) pastejo.

**37**

A respeito de recursos hídricos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O manejo sustentável dos recursos hídricos visa garantir os padrões de qualidade e quantidade da água dentro da sua bacia hidrográfica.
- II. A alteração climática é o principal motivo da falta de água doce junto aos grandes centros urbanos.
- III. A maior parte da população mundial tem as águas superficiais como principal fonte de água.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

**38**

Sobre o ciclo da água, analise as afirmativas a seguir.

- I. O ciclo hidrológico é uma sequência aberta de fenômenos pelos quais a água passa dos mares para a atmosfera.
- II. Nos oceanos equatoriais, onde a precipitação é abundante, a evaporação é mais intensa.
- III. Os oceanos recebem das precipitações e do desaguamento dos rios e perdem pela evaporação.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

**39**

Uma bacia de um rio possui, em dez anos de observação, os valores médios de precipitação e vazão iguais a, respectivamente, 2.100 mm e 950 mm.

Adotando-se o método da estimativa simples, a evapotranspiração e o coeficiente de deflúvio são iguais a:

- (A) 115 mm e 0,45;
- (B) 115 mm e 2,21;
- (C) 1.150 mm e 0,45;
- (D) 1.150 mm e 2,21;
- (E) 1.150 mm e 4,5.

**40**

A produção de sedimentos, oriundos de partículas erodidas, é transportada pelo curso d'água.

A forma de transporte que afeta negativamente a fotossíntese necessária à salubridade dos corpos hídricos é a carga:

- (A) de arrasto;
- (B) saltitante;
- (C) em suspensão;
- (D) por fluxo;
- (E) por rolamento.

**41**

Em instalações hidráulicas, o dispositivo que põe a água em contato com a atmosfera a fim de aliviar a pressão é o(a):

- (A) ventosa;
- (B) volante de inércia;
- (C) válvula de alívio;
- (D) válvula de retenção;
- (E) chaminé de equilíbrio.

**42**

O índice que tem por finalidade avaliar a qualidade da água quanto ao enriquecimento por nutrientes e o seu efeito relacionado ao crescimento excessivo das algas é o de:

- (A) Qualidade da Água;
- (B) Qualidade da Água Bruta;
- (C) Proteção da Vida Aquática;
- (D) Estado Trófico;
- (E) Contaminação Tóxica.

**43**

Controle ambiental é um conjunto de medidas que visam corrigir ou mitigar os impactos sobre a qualidade do meio ambiente.

O instrumento de controle de poluição ambiental que se utiliza do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório do Impacto Ambiental é o(a):

- (A) licenciamento;
- (B) avaliação de impacto ambiental;
- (C) fiscalização;
- (D) monitoramento;
- (E) auditoria ambiental.

**44**

Um reservatório pode ser descrito sob o ponto de vista físico em função de seus volumes. A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

- I. O volume abaixo da tomada d'água é a reserva do reservatório.
- II. O volume superior do reservatório corresponde à parcela do volume útil destinado à regularização da vazão a jusante.
- III. O volume imediatamente acima da tomada d'água corresponde à parcela útil do reservatório própria para consumo.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

**45**

Os tipos de tratamento de água que NÃO utilizam o processo de coagulação são:

- (A) convencional e filtração lenta;
- (B) convencional e filtração de múltiplas etapas;
- (C) filtração lenta e filtração de múltiplas etapas;
- (D) filtração lenta e filtração direta;
- (E) filtração de múltiplas etapas e filtração direta.

**46**

O tipo de traçado de esgoto que geralmente é mais adequado a cidades circundadas por corpos hídricos, onde se procura traçar os coletores tronco de forma independente, é:

- (A) leque;
- (B) distrital;
- (C) radial;
- (D) unidirecional;
- (E) perpendicular.

**47**

A respeito da gestão dos resíduos sólidos, analise as afirmativas a seguir.

- I. A gestão dos resíduos é de responsabilidade exclusiva dos Estados e Municípios.
- II. As questões econômicas e sociais são fundamentais para o gerenciamento integrado de resíduos sólidos.
- III. O trabalho que envolve a coleta e o transporte para os aterros deve ser o foco na gestão dos resíduos sólidos.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

**48**

Poluentes atmosféricos são gases e partículas sólidas resultantes das atividades humanas e de fenômenos naturais.

Dos poluentes apresentados, aquele que é classificado como primário é:

- (A) dióxido de enxofre;
- (B) peróxido de hidrogênio;
- (C) ácido sulfúrico;
- (D) trióxido de enxofre;
- (E) ácido nítrico.

49

Considere um duto de drenagem de escoamento de águas pluviais com diâmetro (D) igual a 1 m. Sabe-se que a relação  $Q^2/D^5 = \gamma/D$ , considerando o sistema internacional, é a mostrada na tabela a seguir.

$\gamma/D$	$Q^2/D^5$
0,565	0,95
0,570	0,98
0,575	1,01
0,580	1,05
0,585	1,08
0,592	1,13
0,599	1,18
0,603	1,22

Para a altura da lâmina da água na tubulação ( $\gamma$ ) de 0,57 m, a vazão (Q) no duto é de:

- (A) 0,57 m/s;
- (B) 0,75 m/s;
- (C) 1,05 m/s;
- (D) 1,35 m/s;
- (E) 1,62 m/s.

50

As medidas de prevenção e correção para a drenagem urbana podem ser estruturais ou não estruturais.

Das medidas apresentadas, a que se configura em uma medida não estrutural é:

- (A) galerias de água;
- (B) canais;
- (C) reservatórios;
- (D) manutenção;
- (E) diques.

51

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) corresponde ao conjunto de Unidades de Conservação (UCs) federais, estaduais e municipais.

A respeito do SNUC, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os usos permitidos são únicos para todas as unidades de conservação.
- II. Uma das premissas adotadas para a consolidação do SNUC é o impedimento de todo o tipo de extrativismo nas unidades de conservação.
- III. A consolidação do SNUC se configura na oportunidade de expansão e diversificação da economia.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

52

O impacto de uma atividade caracteriza-se por uma mudança de uma situação base decorrente de uma atividade.

Quanto ao tipo, pode ser classificado como:

- (A) direto e indireto;
- (B) reversível e irreversível;
- (C) local e regional;
- (D) pequena intensidade e grande intensidade;
- (E) positivo e negativo.

53

O dano ambiental se caracteriza pela violação do direito fundamental de todos a usufruir de uma sadia qualidade de vida em um ambiente ecologicamente equilibrado.

O tipo de dano correspondente ao período em que a população permanece privada de um serviço ecossistêmico antes do dano ambiental é o dano:

- (A) residual;
- (B) interino;
- (C) social;
- (D) de suporte;
- (E) de provisão.

54

A respeito de saúde pública e epidemiologia, analise as afirmativas a seguir.

- I. São áreas do conhecimento que, se trabalhadas juntas, promovem maiores benefícios para a saúde da população.
- II. A epidemiologia contribui para o desenvolvimento de estratégias para a promoção da saúde junto à população.
- III. O estudo epidemiológico se faz sob demanda, isto é, ocorre somente em caso de epidemias e pandemias.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

55

A Lei nº 9.605/1998 considera infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente. Praticada uma infração administrativa ambiental, após regular processo administrativo, ao infrator, dependendo das circunstâncias, deve ser aplicada a correlata sanção administrativa. Entre essas sanções administrativas, a citada lei elenca algumas sanções restritivas de direito.

NÃO se trata de uma dessas sanções restritivas de direito:

- (A) suspensão de registro, licença ou autorização;
- (B) cancelamento de registro, licença ou autorização;
- (C) perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;
- (D) perda da função pública ou suspensão dos direitos políticos;
- (E) perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito.

**56**

A sociedade empresária Alfa protocolou junto ao órgão estadual competente pedido de licença ambiental relacionado a empreendimento consistente em um aterro sanitário. O requerimento deu início a processo de licenciamento ambiental em que o empreendedor pretende obter licença na fase do planejamento do aterro, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

Consoante dispõe a Resolução Conama nº 237/1997, trata-se de requerimento de licença:

- (A) prévia, e os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do empreendedor;
- (B) preliminar, e adotar-se-á procedimento sumário simplificado diante da natureza do empreendimento e do baixo impacto ambiental, desde que autorizado pelo Tribunal de Contas;
- (C) de instalação, e o órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença, em função das peculiaridades do empreendimento, desde que observado o prazo máximo de doze meses;
- (D) de instalação, e no procedimento de licenciamento ambiental deverá constar a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e à ocupação do solo;
- (E) de operação, e o órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença, em função das peculiaridades do empreendimento, desde que observado o prazo máximo de seis meses.

**57**

Os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados, direta ou indiretamente, nos corpos de água, após o devido tratamento e desde que obedeçam às condições, padrões e exigências dispostos na Resolução Conama nº 357/2005 e em outras normas aplicáveis.

Nesse contexto, de acordo com a mencionada resolução, o órgão ambiental competente:

- (A) não poderá, em qualquer hipótese, autorizar o lançamento de efluentes acima das condições e padrões estabelecidos nessa resolução;
- (B) exigirá, em todos os processos de licenciamento ambiental de qualquer empreendimento ou atividade, a apresentação de estudo de capacidade de suporte de carga do corpo de água receptor;
- (C) poderá, a qualquer momento, exigir a melhor tecnologia disponível para o tratamento dos efluentes, compatível com as condições do respectivo curso de água superficial, mediante fundamentação técnica;
- (D) permitirá, nas águas de classe especial, o lançamento de efluentes ou disposição de resíduos domésticos, agropecuários, de aquicultura, industriais e de quaisquer outras fontes poluentes;
- (E) autorizará, no controle das condições de lançamento, para fins de diluição antes do seu lançamento, a mistura de efluentes com águas de melhor qualidade, tais como as águas de abastecimento e de sistemas abertos de refrigeração sem recirculação.

**58**

Consoante dispõe a Resolução Conama nº 420/2009, com vista à prevenção e ao controle da qualidade do solo, os empreendimentos que desenvolvem atividades com potencial de contaminação dos solos e águas subterrâneas deverão, a critério do órgão ambiental competente:

- (A) apresentar relatório técnico conclusivo sobre a qualidade do solo e das águas superficiais, a cada solicitação de renovação de licença, sendo facultativa a apresentação previamente ao encerramento das atividades;
- (B) implantar programa de monitoramento de qualidade do solo e das águas subterrâneas na área do empreendimento e, quando necessário, na sua área de influência direta e nas águas superficiais;
- (C) realizar procedimentos para avaliação das concentrações de substâncias químicas e controle da qualidade do solo, vedada a utilização de metodologia por amostragens e ensaios de campo ou laboratoriais;
- (D) promover, no caso da identificação de condição de perigo, em qualquer etapa do gerenciamento, ações emergenciais compatíveis para a eliminação dessa condição, com a imediata suspensão da investigação e do gerenciamento;
- (E) informar, para fins de reabilitação da área contaminada, o uso pretendido à autoridade competente, que decidirá sobre sua viabilidade ambiental, com fundamento no diagnóstico da área e na avaliação de risco, desconsiderando as ações de intervenção propostas e o zoneamento do uso do solo.

**59**

A Resolução Conama nº 01/1986 dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.

De acordo com o citado ato normativo, NÃO se trata de uma das atividades técnicas a ser desenvolvida no estudo de impacto ambiental:

- (A) a elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados;
- (B) a definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas;
- (C) o estudo técnico sobre o meio físico, considerando o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, e desconsiderando as correntes atmosféricas, pelas constantes variações;
- (D) o diagnóstico ambiental da área de influência do projeto com a completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando, entre outros, o meio socioeconômico;
- (E) a análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, por meio de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando, entre outros, os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes.

**60**

A Resolução Conama nº 307/2002 estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais.

Consoante dispõe o mencionado ato normativo:

- (A) os resíduos da construção civil classificados como Classe A são aqueles não reutilizáveis e não recicláveis como agregados, tais como madeiras e gesso;
- (B) os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos, entre outros, em aterros de resíduos sólidos urbanos e em áreas de "bota-fora";
- (C) área de transbordo e triagem de resíduos da construção civil e resíduos volumosos (ATT) é a área tecnicamente adequada para destinação final de resíduos da construção civil Classe A no solo;
- (D) os Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil serão elaborados e implementados pelos Municípios, vedada a participação dos grandes geradores, que apenas contribuirão financeiramente a título de medida compensatória;
- (E) os geradores deverão, em matéria de hierarquização de resíduos sólidos, ter como objetivo prioritário a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem e a não geração de resíduos.

**61**

O modelo orçamentário de referência para o planejamento das entidades públicas brasileiras é o orçamento-programa. A classificação programática da despesa está alinhada a esse modelo.

Nesse contexto, um instrumento de programação que envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e que contribuem para a manutenção da ação de governo, a exemplo de fiscalização e monitoramento da qualidade de combustíveis automotores, deve ser classificado como:

- (A) aplicação direta;
- (B) atividade;
- (C) projeto;
- (D) operação especial;
- (E) encargo especial.

**62**

Um estado da federação recebeu recursos decorrentes de emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de Lei Orçamentária Anual da União, por meio de transferência especial. Os recursos foram da ordem de R\$ 800 mil.

Pelas regras constitucionais, para aplicação desses recursos:

- (A) até R\$ 200 mil poderão ser aplicados em despesas com ações e serviços públicos de saúde;
- (B) até R\$ 200 mil poderão ser aplicados na amortização da dívida consolidada do ente;
- (C) o valor deverá ser igualmente dividido entre despesas e ações nas áreas de saúde e de educação;
- (D) o valor total deverá ser aplicado nas áreas de competência constitucional da União;
- (E) pelo menos R\$ 560 mil deverão ser aplicados em despesas de capital.

**63**

Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, porém nem todas pertencem efetivamente ao ente e são destinadas ao custeio da ação pública.

Esse é o caso de receitas:

- (A) decorrentes de juros de operações de crédito;
- (B) geradas pela alienação de bens do patrimônio público;
- (C) originárias de compensações financeiras;
- (D) que representam apenas entradas compensatórias;
- (E) que resultam da cobrança de dívida ativa.

**64**

Com o intuito de subsidiar a promoção de uma gestão fiscal responsável, a Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe sobre a definição de metas e restrições para assegurar o cumprimento dessas metas.

A limitação de empenho e movimentação financeira é uma medida que deve ser adotada quando a realização da receita ameaçar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, e pode incidir sobre despesas:

- (A) com juros e encargos da dívida;
- (B) com pagamento de pessoal e encargos sociais;
- (C) de transferências intergovernamentais legalmente previstas;
- (D) discricionárias destinadas a ações e serviços públicos de saúde;
- (E) relativas à inovação custeadas por fundo criado para tal finalidade.

**65**

Ao final de um determinado período de apuração, um estado da federação apurou uma Receita Corrente Líquida de R\$ 12 bilhões. A partir das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, o percentual de despesa total com pessoal do tribunal de contas do referido ente:

- (A) deve se limitar a 2,5% da RCL;
- (B) está limitado a 2% da RCL;
- (C) corresponde a 0,6% da RCL;
- (D) é apurado de forma consolidada com o Poder Executivo;
- (E) é definido juntamente com o do Poder Legislativo.

**66**

As normas de auditoria exigem que o trabalho do auditor seja adequadamente planejado.

Um dos objetivos principais do planejamento da auditoria é auxiliar o auditor:

- (A) quanto a forma e conteúdo de sua opinião no relatório de auditoria das demonstrações contábeis;
- (B) a uma efetiva comunicação com os responsáveis pela governança e identificar alguns assuntos específicos a serem comunicados a eles;
- (C) a avaliar o efeito de distorções identificadas durante a auditoria;
- (D) a avaliar o efeito de distorções não corrigidas nas demonstrações contábeis;
- (E) a conhecer a natureza das operações e dos negócios da organização para definir o alcance, a época e a direção da auditoria.

**67**

A metodologia de avaliação dos controles internos consiste em avaliar os controles internos existentes e quantificá-los em níveis de efetividade. Dessa forma, uma empresa apresentou os seguintes controles internos, avaliados em: 1 (controles não funcionais), 0,5 (controles funcionais medianos) e 0,2 (controles funcionais fortes).

Os auditores, ao solicitarem tais documentos de avaliação, podem concluir que:

- (A) caso existam controles funcionais em uma atividade, a multiplicação do risco residual ao valor do nível dos controles internos resultará em um menor risco inerente;
- (B) independentemente do nível de controles internos, a multiplicação do risco inerente ao valor do nível dos controles internos resultará em um maior risco residual;
- (C) caso existam controles funcionais em uma atividade, a multiplicação do risco inerente ao valor do nível dos controles internos resultará em um menor risco residual;
- (D) independentemente do nível de controles internos, a multiplicação do risco inerente ao valor do nível dos controles internos resultará em um menor risco residual;
- (E) caso existam controles funcionais em uma atividade, a multiplicação da probabilidade e do impacto resultará em um menor risco residual.

**68**

O objetivo do auditor é definir e executar procedimentos de auditoria que permitam a ele conseguir evidência de auditoria apropriada e suficiente que lhe possibilite obter conclusões razoáveis para fundamentar a sua opinião.

Nesse sentido, a confiabilidade da evidência de auditoria é influenciada pela fonte, por sua natureza e é mais confiável quando obtida:

- (A) de fontes independentes externas à entidade e confirmada em documento eletrônico ou em papel;
- (B) por meio da indagação a respeito da aplicação de controle, em vez da observação da aplicação de controle;
- (C) pela representação formal, pois fornece evidência de auditoria apropriada e suficiente;
- (D) pela cópia de um documento fiscal obtida por intermédio de fontes internas da empresa do que diretamente pelo auditor;
- (E) por meio da indagação a respeito da contagem de estoques, em vez da observação do auditor da contagem do estoque pelo pessoal da entidade.

**69**

Uma empresa reapresentou valores em decorrência da adoção de novos pronunciamentos contábeis e o auditor emitiu em seu relatório de auditoria as seguintes informações: “Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da empresa XYZ em 31 de dezembro de 20XX, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro. Conforme mencionado na nota explicativa X, em decorrência da adoção dos novos pronunciamentos contábeis, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 20XX e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados”.

Dessa forma, o auditor emitiu uma opinião:

- (A) com ressalva;
- (B) negativa;
- (C) modificada;
- (D) adversa;
- (E) com parágrafo de ênfase.

**70**

Existem diversos tipos de auditoria, contudo, uma delas possui características próprias que a distingue dos outros tipos.

Dessa forma, a que apresenta uma variedade e complexidade de questões a serem tratadas, possui maior flexibilidade na escolha de temas, objetos de auditoria, métodos de trabalho e forma de comunicar suas conclusões é a auditoria:

- (A) de conformidade;
- (B) financeira;
- (C) contábil;
- (D) operacional;
- (E) ambiental.

## DISCURSIVA

### 1

Para a Valoração Econômica dos Recursos Ambientais (VERA), faz-se necessário observar a dimensão temporal do meio ambiente no que diz respeito ao seu uso no presente e uso no futuro. Uma das formas para essa valoração considera a seguinte expressão:

$$\text{VERA} = \text{VUD} + \text{VUI} + \text{VO} + \text{VE}$$

Onde suas parcelas são assim definidas:

- Valor de Uso Direto (VUD);
- Valor de Uso Indireto (VUI);
- Valor de Opção (VO);
- Valor de Existência (VE).

Para exemplificar esse método, pode-se considerar a queimada de uma floresta, onde é possível enquadrar cada um dos aspectos abaixo com as parcelas que fazem parte da VERA:

- Biodiversidade biológica;
- Madeira;
- Fauna e flora independentes do uso;
- Potencial futuro de utilização.

Pede-se:

- a) A explicação da expressão da VERA, conforme abaixo:
  - i. Valor de Uso Direto;
  - ii. Valor de Uso Indireto;
  - iii. Valor de Opção;
  - iv. Valor de Existência.
- b) O enquadramento dos aspectos considerados na queimada de uma floresta com as parcelas da expressão da VERA.

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

### 2

A compatibilidade ambiental na convivência de um loteamento residencial próximo a um loteamento industrial é susceptível a riscos inerentes para os lados envolvidos. Para o enfrentamento desse problema, são definidos princípios norteadores do uso e ocupação do solo, bem como os instrumentos previstos na legislação ambiental para uma gestão adequada do parcelamento do solo.

Considerando esse contexto, pede-se:

- a) Explicação dos 2 principais instrumentos de gestão do uso e ocupação do solo: Plano Diretor e Zoneamento.
- b) Apresentação de 3 problemas decorrentes de um zoneamento mal elaborado.
- c) Apresentação de 3 facilidades decorrentes da concentração das indústrias na ocupação do solo.
- d) Apresentação de 3 dificuldades decorrentes da dispersão das indústrias na ocupação do solo.

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

**RASCUNHO - Prova Discursiva - Questão 1**

---

1

5

10

15

**RASCUNHO - Prova Discursiva - Questão 2**

---

1

5

10

15





Realização

